PRONUNCIAMENTOS DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025, NA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Na presença de Deus e havendo número legal, declaro aberto a 77ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 20ª Legislatura, realizada em 17 de novembro de 2025.

Votação da Ata. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, 1º secretário, vereador Claudio Tinoco.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **LEITURA DO EXPEDIENTE**.

Sr. presidente, encontram-se sobre a Mesa o Ofício nº 62/2025 e o Ofício 63/2025, de autoria do secretário de governo Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão, que encaminham os autógrafos aos Projetos de Lei nº 393, nº 397, nº 394, nº 424, nº 396, nº 425, nº 175, nº 85, todos de 2025. Repetindo, Sr. presidente: nº 393/2025, nº 397/2025, nº 394/2025, nº 424/2025, nº 396/2025, nº 425/2025 e nº 175/2024, que constituíram as Leis nº 9.873 a nº 8.779.

No Ofício nº 63/2025, os autógrafos aos Projetos de Lei nº 85, nº 102, nº 117, nº 145, nº 155, nº 157, nº 159, nº 203, nº 208, nº 216, nº 253, nº 254, nº 261, nº 262 e nº 267/2025, que constituíram as leis nº 9.880 a nº 9.894/2025.

Encontra-se também sobre a Mesa o Ofício nº 74/2025, de autoria do prefeito Bruno Reis, que encaminha o veto ao Projeto de Lei nº 78/2024.

É o que se encontra neste Expediente, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Claudio Tinoco. Há sobre a Mesa as licenças dos vereadores Marcelle Moraes, Roberta Caires, Kiki

Bispo e Jorge Araújo. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Tribuna Popular. Grupo de Trabalho sobre Feminicídio na Bahia. Sra. Maria José de Oliveira Araújo. Está presente? Não está presente.

Associação de Produtores de Eventos, Sr. João Vitor Gordilho, representante de Assuntos Inerentes. Está presente? Não estão presentes as entidades?

Inscrição Pinga-Fogo. Quem falará pelo governo?

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Pelo governo, Sr. presidente, o vereador Ricardo Almeida e o vereador Claudio Tinoco.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Quem falará pela oposição? Sílvio?

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Eu e Aladilce, que já está chegando.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Sílvio e Aladilce? Quem falará pela Bancada Independente?

SR. VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (PL): Aleluia.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Por cinco minutos, vereador Ricardo Almeida.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PINGA-FOGO**.

Sr. presidente, Srs. vereadores e vereadoras, todos aqueles que nos acompanham, servidores da Casa.

Eu, nesta tarde, presidente, quero ressaltar a importância de termos aprovado aqui, na última sessão, em que foram votados os projetos de vereadores, um projeto de minha autoria, o Projeto nº 236/2025. Esse projeto versa sobre a inclusão de disciplina, vereador Orlando Palhinha, que trate da geografia, da cultura e da história da Cidade do Salvador.

Um projeto que tem como objetivo criar, vereador Sílvio Humberto, a cidadania nos nossos estudantes, mas sem compreender o pertencimento, sem compreender os valores da nossa cultura, da nossa história, é difícil exigir dos estudantes que eles assumam esse protagonismo cidadão, vereador Beca.

Então, queria agradecer a todos os vereadores que, à unanimidade, aprovaram este projeto. E, a partir do ano que vem, teremos a história de Salvador, a história que está relacionada à nossa geografia, vereador professor Hamilton Assis, e à nossa cultura.

Presidente, uma coisa que não poderia deixar de abordar, que é um tema também muito sensível, que é sobre um projeto que foi aprovado aqui na Casa, que versa sobre a condição ou a

possibilidade do estudo da Bíblia nas escolas. Isto é facultativo. E o vereador, autor deste projeto, não tem e não teve a intenção de obrigar as escolas, de forma proselitista, a falarem sobre religião, mas de facultar às escolas que, no seu ambiente de ensino, possam inserir o ensino cristão através da Bíblia.

Chamou-me a atenção a ação do Psol, que acionou a Justiça para que este projeto fosse barrado. É importante salientar para todos os vereadores que o papel de legislar é nosso. É aqui no voto que nós ganhamos ou perdemos os nossos projetos, é aqui através do voto. Eu me lembro bem, Beca, você que é um torcedor fanático do Bahia, que nos idos dos anos 1990, o Fluminense perdeu o *status* de ser time de primeira divisão. Perdeu no campo, perdeu no jogo, perdeu na bola, mas depois, vereador Palhinha, acionou a justiça para "ganhar no tapetão". E o que o Psol está fazendo é querer "ganhar no tapetão" depois de ter perdido no Plenário.

Caberia aos vereadores do Psol terem ido, de vereador em vereador, pedir voto contrário. Mas depois de aprovada a matéria, vereador Omar Gordilho, recorrer ao Tribunal de Justiça? Com todo o respeito ao Tribunal de Justiça, que tem um papel fundamental para o bom ordenamento jurídico. Porém, não compete a um vereador, não é discricional de um vereador, recorrer ao Tribunal para derrubar projeto votado na Casa, em

votação que ele estava presente e que ele podia ter articulado para que não ocorresse ou para que o projeto fosse derrubado.

Então, fica aqui, presidente. O projeto não é de minha autoria, o projeto é de autoria de outro vereador, mas esta prática é uma prática que nós temos que abominar no Legislativo, porque nós não podemos transferir o nosso poder discricional. O poder discricional do vereador, entre eles, é a criação de projetos de lei, de projetos de indicação, de projetos de resolução. Quando um partido ou algum par nosso recorre ao Judiciário na tentativa de barrar um projeto, ele está transferindo este poder discricional, e nós não podemos concordar com isso.

Fica aqui o meu lamento, fica aqui o meu repúdio, fica aqui a minha colocação, presidente — com sua tolerância para este fechamento —, que nós, vereadores, possamos saber qual é a nossa missão, qual é a nossa função. Que nós possamos, sempre que tivermos uma matéria a qual nós somos contrários, vereador Alexandre, que nós possamos ir às bancadas e pedir voto, e não perder no voto e querer ganhar na Justiça, porque isso não é democracia, isso é alijamento do Processo Legislativo.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Eu que agradeço, vereador Ricardo Almeida.

Vereador Sílvio Humberto, por cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PINGA-FOGO**.

Boa tarde, Sr. presidente e colegas.

Aproveitar logo esta semana, que é a Semana da Consciência Negra, que possamos fazer algumas reflexões nesta cidade da afroconveniência. Então, nós precisamos entender que esse 20 de Novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, foi resultado de muita luta e não podemos cair nas armadilhas postas, no sentido de tentar transformar a data apenas em entretenimento.

Se você olha os indicadores que nós temos, se você olha os indicadores de renda, longevidade e educação, Salvador tem ficado quase que em equilíbrio, do ponto de vista de manter a mesma desigualdade. O índice Folha de Equilíbrio Racial demonstrou recentemente, no ano passado, que Salvador foi a capital que apresentou a maior desigualdade racial entre negros e brancos, inclusive piorando o índice.

Então, isso demonstra que o que tem sido feito nesta cidade apenas mantém esse círculo vicioso da pobreza. O que nós precisamos, nesta cidade, a população negra, é ser tratada de forma digna. Há que se perguntar — e eu dava uma entrevista

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

mais cedo, aqui, à juventude —: o que é ser Zumbi hoje? O que é ser Dandara hoje? Há que se perguntar, porque é fundamental que possamos garantir para a juventude negra desta cidade oportunidades dignas. O que é oferecido, o que é ofertado é muito pouco diante do que essa juventude merece.

Esta cidade não vai dar um salto civilizatório enquanto a cidade permanecer nesse círculo vicioso da pobreza, onde homens e mulheres negras, se você analisa a questão de renda e tira uma fotografia de dez anos antes, essa questão da desigualdade de renda entre negros e brancos, ela se mantém.

E não é só essa forma de apagamento, de silenciamento. Aqui eu quero trazer também a nossa preocupação. Por isso que nós votamos contra o projeto que quer utilizar a Bíblia como material paradidático. Nós sabemos que nas escolas públicas... não tem nenhum anteparo dizendo que não vai ter proselitismo dentro das escolas. A gente tem recebido inúmeras queixas dos professores movimentando-se nesse sentido, porque eu não consigo entender para onde é que vai o Estado laico. Se pode Bíblia, pode Alcorão, pode o Budismo. E aí vai ficar o quê dentro das escolas? E a discussão do Estado laico fica onde? E quem não acredita em absolutamente nada faz como?

Então, assim, é preciso muito cuidado, muito vagar, porque esse santo é de andor E nós sabemos o quanto as resistências que a Lei n°10.639, a Lei que instituía a cultura afro-brasileira, a

história africana e a história afro-brasileira dentro das escolas, a sua resistência. Parte dessas resistências vinha, justamente, daqueles que consideravam que nós iríamos falar sobre religiosidade. E nós estamos falando de algo mais amplo.

É preciso esse entendimento, porque isso dá um passo para que se venha essa visão fundamentalista. Eu acho que a gente precisa ter muito cuidado com isso. Eu acho legítimo que as pessoas, quando não são contempladas aqui, possam entrar na Justiça, porque isso é feito na Câmara Federal, no Congresso Nacional, e isso é parte também da política. Quando você entende que não foi devidamente esclarecido aqui, arguir inconstitucionalidade. Não fosse assim, a Lei do SOS, que os partidos entraram, com relação ao Projeto nº 175, com relação ao sombreamento, e que houve a modelagem da Justiça, dando uma nova interpretação à lei que foi feita aqui.

Então, eu acho mais do que legítimo a gente acessar a Justiça quando, de fato, não consegue se esgotar aqui na Câmara. Isso é parte do jogo da democracia, é para isso também que existe o Judiciário. Não é você politizar — vou concluir, Sr. presidente — a Justiça, mas eu acho que a gente precisa trazer esses temas que são tão caros para a nossa sociedade, porque o que de fato nós precisamos é uma sociedade que venha a combater a intolerância e venha a respeitar a todos: quem tem religião e quem não tem.

Eu acho que a escola precisa ser esse lugar neutro, esse lugar laico, onde todos e todas possam ter direito a se expressarem, ao que acreditam e ao que não acreditam.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Sílvio Humberto.

Vereador Claudio Tinoco, por cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 - **PINGA-FOGO**.

Sr. presidente, Sras. vereadoras, Srs. vereadores, a todos que estão aqui na plateia desta sessão, a todos que acompanham esta sessão ao vivo pela TV Câmara, que vão acompanhar também depois pelos canais de comunicação da Câmara Municipal de Salvador.

Sras. vereadoras, Srs. vereadores, é de estarrecer a declaração do governador Jerônimo Rodrigues, nos últimos dias, a respeito da fila da regulação na Bahia, em especial no Hospital Clériston Andrade. O governador, dando respostas — talvez em uma coletiva, não sei se foi no seu canal praticamente diário de entrevistas —, ao responder sobre a fila da regulação na Bahia,

disse que diariamente pede o relatório à secretária de Saúde do estado e a secretária Roberta diz então a ele: “Governador, têm pacientes nos corredores do Hospital Clériston Andrade”. Quando então o governador admite que ele orienta, determina à secretária de Saúde a manter os pacientes na fila do corredor. Diz o governador Jerônimo Rodrigues: “Deixe! Deixe! Pode deixar nos corredores, porque eu quero que o Ministério Público venha conversar comigo, para eu dizer que esses pacientes ali estão porque deveriam estar numa Unidade Básica de Saúde ou numa UPA. Mas, os municípios ou não têm dinheiro para investir ou não dão prioridade”. Isso é grave!

Se a Assembleia Legislativa tiver deputado retado ou deputada retada, abre um processo de *impeachment* do governador Jerônimo Rodrigues nesta segunda-feira. É criminoso um governador de estado admitir que ele orienta a secretária de Saúde a deixar os pacientes nos corredores. Não é só grave ou chega a ser um crime, como é, sobretudo, uma fala que contradiz aquilo que essa mesma pessoa dizia quando era candidato a governador.

Jerônimo Rodrigues, como candidato, dizia coisas que hoje ele quer desdizer. Sobre a fila da regulação, ele dizia que iria acabar com a fila da regulação. Esse é o vídeo e essa é a palavra de Jerônimo Rodrigues, candidato. E o que ele faz como governador é deixar os pacientes nas filas dos hospitais. Mas não

existe palavra dita que seja retirada. Vai ficar na memória dos baianos. Os baianos vão cobrar de Jerônimo Rodrigues resolver o problema da fila da regulação. Ou dizer a ele, nas eleições de 2026, como se trata aqueles que admitem deixar os seus parentes ou a si mesmo numa maca ou numa cadeira de rodas na fila da regulação, nos corredores dos hospitais estaduais aqui na Bahia.

O governador Jerônimo Rodrigues vem tentando, repito, desdizer o que disse como candidato. Foi assim que ele disse, como candidato, que trataria a violência na Bahia, as armas e os bandidos: com amor e carinho. E agora ele mesmo está dizendo que não disse isso e que vai ser duro contra o crime, depois de três anos como governador. É lamentável que uma figura pública possa negar aquilo que disse como candidato e depois, no exercício do cargo, dizer de outra forma. Não confiem em quem diz uma coisa hoje e diz outra amanhã. Essa pessoa vai em algum momento lhe trair.

É por isso mesmo que a gente aqui vem dizer que é preciso que os baianos tenham atenção, maior atenção. Aliás, já estão tendo. Tanto assim, Sr. presidente, Sras. vereadoras, Srs. vereadores, que estão pulando do barco do governo do estado. Foi assim com o deputado estadual, ex-presidente da Assembleia Legislativa, Nelson Leal, que já saiu da base de Jerônimo Rodrigues e hoje coordena a campanha de ACM Neto. Ou melhor, a pré-campanha.

Nesta segunda-feira, mais um deputado estadual, inclusive do PSD, inclusive vice-líder do governo na Assembleia Legislativa, que saiu de baixo, largou a base de Jerônimo Rodrigues e está de braço dado com ACM Neto, que não só é pré-candidato, mas candidato ao governo do estado da Bahia no ano de 2026. E cabe mais! Cabe mais!

Vocês, baianos, que não caem mais nessas anedotas de um dia dizer uma coisa e depois dizer outra, tenham certeza de que do lado de cá a gente trata com a verdade, com a capacidade gerencial de colocar a Bahia no lugar certo que ela merece.

Obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado, vereador Claudio Tinoco.

Pelo tempo da oposição no Pinga-Fogo, por até cinco minutos, vereadora...

SR. VEREADOR TÉO SENNA (PSDB): Pela Ordem, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Pela ordem, vereador Téo Senna.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR TÉO SENNA (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PELA ORDEM**.

Srs. vereadores e Sras. vereadoras, hoje nós estamos realizando a votação para a 10ª edição do Prêmio Jânio Lopo de Jornalismo, aqui na antessala do Plenário. Cada vereador deve escolher jornalistas que cobrem os temas desta Casa ao longo do ano, sendo dois para a internet, um para a rádio, um para a TV e um para o jornal impresso. No documento de votação tem a relação dos concorrentes para a escolha de cada vereador.

O Prêmio Jânio Lopo de Jornalismo foi instituído em 2010, através do projeto Resolução nº 14/2010, da nossa autoria. A premiação é anual e tem como objetivo destacar o trabalho dos profissionais de imprensa que fazem a cobertura política desta Casa, ao tempo em que presta homenagem ao jornalista Jânio Lopo, falecido em 5 de março de 2010.

Aproveito para convidar todos os vereadores para a sessão de premiação, que será realizada no dia 11 de dezembro, às 9h da manhã, aqui no Plenário Cosme de Farias. Estão convidados todos os vereadores. Na saída, podem escolher aqui e fazer a votação tão importante nesta Casa, pela importância da imprensa que faz a cobertura no dia a dia do jornalismo. E para realmente ver — até os vereadores novos — e relembrar a eles o trabalho de Jânio Lopo, que fazia jornalismo com política aqui em Salvador. Estão convidados todos os vereadores.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Téo Senna.

Vereadora Eliete, por cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PINGA-FOGO**.

Sr. presidente, uma boa tarde a todas as pessoas.

Passando aqui para lembrar que o mês de novembro é o mês que se comemora o Dia da Consciência Negra, neste município que é tão injusto, como a Cidade do Salvador. A Cidade do Salvador é a capital mais negra fora de África e até hoje a gente vê uma cidade que foi construída pelos porões dos navios negreiros, ainda continua o nosso povo vivendo nesses porões desta cidade.

E quando a gente vai ver as injustiças que acontecem nesta cidade, a gente percebe que a escravidão mudou de forma. O Mandato Popular das Águas, que é o mandato de uma marisqueira, uma quilombola, que vem lá de um território que nem estava no mapa da Cidade do Salvador, que nem existe uma política da Cidade do Salvador, que está mesmo neste espaço e ainda consegue vivenciar uma perseguição política.

Neste sentido, eu queria dizer que o Mandato Popular das Águas é um mandato que, de fato, tem trabalhado, que tem implementado políticas e projetos de lei que garantam a política, que assistam também esses povos sobre os quais nunca foram falados, como a população das águas e as comunidades quilombolas da Cidade do Salvador.

Neste município tão injusto, em alguns momentos a gente precisa entender de que lado a gente está, porque, na hora que a jiripoca pia, a maioria dos corpos negros são aqueles descartáveis. É a partir desse processo de construção coletiva, de entender qual é o meu lugar na política, de entender de onde eu vim e para onde eu quero ir, é que o Mandato Popular tem dialogado, construído e se fortalecido a partir do nosso povo.

Olhando os cenários que a gente vivencia na Bahia, de que este corpo negro e os corpos negros, eles entendem que esse espaço não é nosso, a gente precisa ocupar. A gente precisa ocupar com dignidade, com transparência. É um projeto transparente, mas, sobretudo, de a gente não pensar na perspectiva das tocaias, das traições, das tentativas de pensar em destruir a imagem do outro.

Eu estava na COP30, também levando a demanda da Cidade do Salvador sobre o racismo ambiental. Essa pauta que nunca foi falada nesta cidade, e quando a Eliete Paraguassu chega, ela traz uma pauta que dizem que essa pauta não existe.

Mas eu acho que o maior ganho é trazer o debate para a Câmara de Vereadores da Cidade do Salvador, e sobretudo para o município. Para mim é um dos maiores ganhos na Câmara de Vereadores, sobretudo apresentando projetos que de fato garantam o saneamento básico, que de fato garantam a consulta livre, prévia e informada do nosso povo.

Presidente, nesse sentido, eu queria dizer que em Belém a gente trouxe a pauta da Cidade do Salvador, pensando no Mandato Popular das Águas, pensando na oposição, que tem feito um debate importante para esta cidade, principalmente neste mês de novembro, que é o novembro que a gente, enquanto povo negro, tem colocado as nossas demandas. A gente tem falado das injustiças sociais, das injustiças ambientais e dos crimes contra esse povo que sempre construiu esta cidade e que movimenta esta cidade a partir do seu trabalho.

Sobre isso que a gente passa aqui para dizer que neste novembro é preciso repensar os discursos que se tem, dizendo que é a favor do povo, e a gente percebe que os projetos que têm sido construídos são sem enxergar essa população como partícipe desse processo.

Viva nós e viva as águas, seguimos construindo a Salvador do bem-viver. Eliete Paraguassu e o seu Mandato Popular não está só. A gente não vai arredar um só pé por qualquer perspectiva de racismo, de misoginia. E como diz Maria Felipa,

como nos ensina Maria Felipa, que opressor, ditador, machista e misógino a gente bota para correr com cansanção.

Viva nós e viva as águas.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Eliete.

Vereador Alexandre Aleluia por cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (PL)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PINGA-FOGO**.

Presidente, nobres colegas.

Eu gostaria de usar o meu tempo hoje, primeiro, para falar de algumas notícias. Depois, vou sintetizá-las no meu pensamento.

Na semana que passou, a Bahia teve péssimas notícias: pior índice de analfabetismo do Brasil, capital mais perigosa do Brasil e, além de tudo, para debochar com a cara do baiano, R$ 21 milhões para 60 militantes poderem falsamente estudar em Cuba.

Por que falo isso, presidente? Penso que a questão... vejo que realmente a gente tem uma bancada que faz oposição ao governo estadual muito eficiente, falamos aqui de muitas

questões que envolvem gestão, a má gestão do estado. Mas tenho para mim que nem tudo é uma questão de gestão, não é técnico, a guerra é espiritual. A guerra que travamos é uma guerra contra quem acha que a ideologia que deve persistir é a ideologia do mal, a ideologia da morte, é o pessoal ligado ao Foro de São Paulo, comprometido, mandando dinheiro para Cuba, assim como Padilha fez nos Mais Médicos — e foi até proibido de entrar nos Estados Unidos. Portanto, estamos vendo aqui uma guerra que deve ser travada nesse patamar.

Em 2026 será uma eleição importante, até para que as coisas fiquem claras, para que possamos saber os caminhos que podemos trilhar. De um lado, nós temos pessoas comprometidas com o comunismo, sinais claros, proteção ao bandido, ataque à propriedade privada, ao livre empreendedorismo, à liberdade econômica, pessoas comprometidas com ideologias do mal. E do outro lado — e espero que o baiano possa escolher —, a clareza de ideias.

Por isso que falo aqui com muita tranquilidade: hoje a Bahia tem um pré-candidato a governador, que é o Aleluia, pelo Partido Novo. E este deixa claro o que pensa, este pensa claramente em defender a propriedade privada, a liberdade, a vida e a ordem. Não tem conversa. Por exemplo, este projeto que aprovaram na Assembleia, enviado pelo governador Jerônimo, de penas alternativas, é para ser revogado.

Portanto, espero que a eleição de 2026 seja uma eleição de clareza. De um lado, temos o comunismo, ideologias do mal. E de outro, queremos pessoas defendendo a liberdade, inclusive com alinhamento nacional, com visão de mundo.

Isto é o que penso, isto é o que a Bahia precisa, isto é o que a política da Bahia precisa: clareza de ideias, tanto no fazer quanto no falar.

Muito obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Eu que agradeço, vereador Alexandre Aleluia.

Quero consultar o líder do governo e a líder da oposição, para invertermos a pauta para votarmos. Depois, retornamos às Representações Partidárias. A vereadora Aladilce está presente? Vereadora, fiz uma consulta ao líder do governo e à V.Exa. para que possamos inverter a pauta, correto? Obrigado, a vocês.

Antes de qualquer coisa, quero agradecer aqui à oposição, porque o projeto que será votado hoje, do Executivo Municipal, só poderá ser votado porque a oposição concordou, sabe do

problema do transporte público e está ajudando a que seja resolvido. Tem emendas?

Veto nº 04/2025. Veto parcial ao Projeto de Lei nº 340/2025. Dispõe sobre autorização para concessão do subsídio orçamentário ao transporte público coletivo de passageiro por ônibus convencional e ao subsistema de transporte especial complementar do município de Salvador e dá outras providências. Com parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final.

No Plenário. Em única discussão. Para discutir. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o veto permaneçam como estão. Mantido o veto.

São todas estas emendas, vereadora? O primeiro veto, vereadora, com o voto contrário da oposição.

Veto n° 05/2025. Veto parcial ao Projeto de Lei n° 175/2024, que dispõe sobre o ordenamento, uso e ocupação do solo do município de Salvador e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final.

No Plenário. Em única discussão. Para discutir. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o veto permaneçam como estão. Mantido o veto.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Sr. presidente, esse veto, a gente vota contra. Contra o veto.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Certo, contra o veto. Com o voto contrário da oposição.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Eu gostaria de fazer uma declaração nesse veto. É possível?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pode fazer, vereadora.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, nós ficamos em uma expectativa muito grande quando veio para esta Casa um projeto estabelecendo um subsídio nos transportes coletivos, subsídio a ser definido o seu valor pela Arsal, dando todo o poder à Prefeitura de maneira discricionária, sem ouvir a Câmara, para fazer esse aporte de recurso.

Naquela oportunidade, nós acompanhamos V.Exa. em uma emenda, que foi emenda, exatamente, que recuperava e resgatava o poder de fiscalização da Câmara, dizendo que esse subsídio deveria ser acompanhado pela Câmara e pelo Conselho de Transportes, que é a forma, Sr. presidente, que o Executivo tem, obrigatoriamente, de dar transparência aos gastos. Isso não é

nada demais. Ninguém estava exigindo acompanhar contratos, mas a gente quer saber dos balanços, afinal de contas são recursos públicos.

Então, nós mantemos a nossa posição. A emenda foi aprovada, por unanimidade, nesta Casa, a emenda que foi apresentada e defendida por V.Exa, e nós achamos muito estranho que o prefeito tenha vetado essa emenda.

Portanto, veio o veto e nós somos contrários a esse veto por isso, porque nós achamos que essa emenda repunha o poder de fiscalização, que é competência desta Casa. Portanto, nós queremos aqui reafirmar a nossa posição. Nós achamos que essa pauta de transporte, ela precisa ser debatida amplamente, dando transparência à população.

Obrigada, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Muito obrigado, vereadora.

Veto nº 06/2025. Veto parcial ao Projeto de Lei n° 396/2025, que altera e acrescenta o dispositivo de Lei n° 7.186, de 27 de dezembro de 2006, Código Tributário e de Rendas do

Município de Salvador, a Lei n° 9.767, de 30 de novembro de 2023, Programa Renova Centro, e dá outras providências. De autoria do Executivo Municipal. Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final.

No Plenário. Em única discussão. Para discutir. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o veto permaneçam como estão. Mantido o veto.

Projeto de Lei nº 522/2025, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza a concessão de subsídio orçamentário ao serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus convencional e ao subsistema de transporte especial complementar, referente ao exercício de 2025 e dá outras providências. Com o parecer conjunto favorável das Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, de Finanças, Orçamento, Fiscalização, de Transporte, Trânsito e Serviços Públicos Municipais. Com voto em separado. Há emendas?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Emendas?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Não há emendas sobre o projeto?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Ah, do projeto. Eu pensei que era o veto ainda. Eu pensei que era o veto.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Senão, vou votar sem emenda.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Não, não. Desculpe. É porque V.Exa. é ágil.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Convoco o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, para que possa apresentar os pareceres sobre as emendas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SIDNINHO (PP)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, há sobre a Mesa 11 emendas, que versam acerca da concessão de subsídio orçamentário ao serviço de transporte público coletivo de passageiro por ônibus convencional e ao subsistema de transporte especial complementar, referente ao exercício de 2025, e dá outras providências.

São emendas que incluem os Art. 6º e 7º; emendas que incluem o Art. 8º, renumerando; que incluem o Art. 9º. Todas aqui sobre a Mesa e passíveis de análise. Art. 13, Martinha?

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Claro.

SR. VEREADOR SIDNINHO (PP): Art. 12; Art. 4º; Art. 3º; Art. 5º; Art. 1º; Art. 10º e Art. 11. Todas as emendas analisadas.

Seguindo, pacificado o entendimento das Comissões Conjuntas, mantemos o projeto de lei[1], sem emendas. Está ok, Sr. presidente?

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

O parecer é contrário a todas as emendas? Vereador Sidninho, o parecer é contrário a todas as emendas?

SR. VEREADOR SIDNINHO (PP): Perfeito, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Colhendo votos na Comissão de Constituição e Justiça. Como vota a vereadora Aladilce? Contra o relator. Como vota o vereador Maurício Trindade? Com o relator. Como vota o vereador Rodrigo Amaral? Com o relator. Como vota o vereador Julio Santos? Com o relator. Como vota o vereador Duda Sanches? Com o relator. Como vota o vereador Omarzinho? Rejeitadas as emendas.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

[1] Notas da Taquigrafia: Retificação do nome do objeto votado. Onde se disse “veto”, leia-se “projeto de lei”, conforme constante nas Notas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente, eu gostaria de pedir que fosse constado em Ato o teor de todas as emendas, para posterior análise desta Casa. São emendas todas muito importantes para a cidade, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Vai constar em Ata, pode ter certeza, vereadora.

Rejeitadas as emendas na Comissão de Constituição e Justiça.

No Plenário. Em única discussão. Para discutir, vereadora Aladilce e vereadora Marta Rodrigues. Vereador Sílvio Humberto.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, esse projeto de lei é um projeto que diz respeito a uma matéria extremamente importante para a cidade. Por um apelo que foi feito pelo presidente da Casa, e na reunião das comissões conjuntas, por maioria, nós resolvemos concordar com a votação desse projeto hoje, embora não tenhamos tido tempo de uma análise mais aprofundada, mais cuidadosa. O apelo dizia respeito à situação de dificuldade e de crise por que passa o sistema de transporte em Salvador.

No entanto, Sr. presidente, essa é uma narrativa que vem sendo colocada já há algum tempo, e a gente não tem tido aqui na Casa — e nem o Executivo tem proporcionado — condição para nós aprofundarmos esse debate. Eu acho que é muito importante e nós fazemos questão de trazer, neste curto espaço de tempo de dez minutos, alguns elementos. Trata-se de subsídio de R$ 60 milhões do erário público para o sistema de mobilidade por ônibus em Salvador, que vai para o empresariado por ônibus convencional e para o Stec, dividido a maior parte, obviamente, para o sistema de ônibus tradicional.

Mas, Sr. presidente, não é a primeira vez que esta Câmara dá subsídio a esse setor. Não é a primeira vez que a gente faz apelo para discutir e aprofundar a situação do transporte em Salvador. E, mais uma vez, a gente se vê diante dessa situação. Nós precisamos — e é obrigatório — que a gente tenha a visão

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

clara dos números do financiamento, dos custos do transporte em Salvador, e a gente nunca consegue, Sr. presidente.

Desde a época do prefeito João Henrique que a gente faz esse apelo aqui na Casa, e essa planilha nunca vem. Então, a Câmara continua sendo — eu vou dizer uma palavra aqui — desrespeitada na sua prerrogativa de entender o que se passa. Nós não queremos ser contra o que está sendo pedido, nós queremos conhecer, para que a gente possa contribuir, ver quanto é que vai para a folha de pagamento de motorista. Quanto é que vai? Como é que a gratuidade é tratada e é acolhida no sistema? Por que não se investe na requalificação da frota? Por que a gente não tem os ônibus e a frota toda climatizada, como já foi prometida? Por que a gente ainda tem muito ônibus velho e balançando? Tem linha aí que você não consegue conversar dentro do ônibus, porque é um bate-bate de lata.

Então, a gente precisa entender, entender que crise é essa e quanto é que o sistema absorve dos recursos que vêm da tarifa e dos recursos que são subsidiados. Então, nós fizemos um apelo muito grande.

Quero dizer também que nossa bancada não é contra subsídio. Nós achamos que o transporte precisa ser subsidiado, mas nós não podemos dar subsídio sem saber como ele será utilizado, sem saber a necessidade real em termos da planilha,

desses custos do transporte e sem saber, principalmente, qual é a contrapartida.

Vamos aportar R$ 60 milhões para o sistema. Qual é a contrapartida? Nós vamos ter? Em termos de operação do sistema, o sistema vai melhorar? Nós vamos ter ônibus mais frequentes passando nos bairros? Vai se repor as linhas que foram tiradas, as mais de 100 linhas? O povo fica e continua ficando nos pontos de ônibus sem conseguir pegar o transporte na hora que precisa, chegando atrasado no trabalho, pagando Uber sem poder. Vai continuar essa situação, Sr. presidente?

Srs. vereadores, Sras. vereadoras, vocês todos que receberam voto de cada cidadão e cidadã, eleitor desta cidade, que nos cobram diariamente, o transporte de Salvador é ruim. São ônibus sujos, velhos ainda. Nós temos uma frota deficitária. E esse subsídio vai servir para que? O que nós vamos ter como contrapartida? O que é que nós vamos ter? Que qualidade de transporte nós vamos ter?

Então, Sr. presidente, nós fizemos emendas. Que emendas são essas? Essas emendas que eu pedi ao senhor para que conste em Ata, para a gente mais adiante poder apreciar. Essas emendas dizem respeito exatamente a isso, à melhoria da qualidade do sistema que tem que ser a contrapartida; a tarifa social para as pessoas com transtorno mental que fazem tratamento e que

muitas vezes não vão nem na unidade pegar o remédio porque não tem o dinheiro.

Aquela mãe grávida, gestante, que precisa fazer o pré-natal e não faz porque não tem o dinheiro. Sr. presidente, nós precisamos avançar no debate da tarifa zero. Olha, eu fiquei sabendo, não sei se o senhor ficou sabendo, que aqui em Mata de São João, vizinha, cidade vizinha, implantou a tarifa zero, gente. Diz que está um sucesso, um verdadeiro sucesso. Já tiveram que dobrar o tamanho da frota, o povo está circulando a cidade, a economia já esquentou em Mata de São João, ninguém está faltando à consulta médica, ninguém está faltando à escola, está todo mundo feliz.

Significa que se você botar passageiro dentro dos ônibus, tudo melhora. As pessoas podem ir ao futebol, podem ir ao cinema, podem ir ao teatro, não fica no bairro ali sujeito a brigas, começa a circular, a economia vai melhorar. Quem é desempregado vai ter condição de sair colocando currículo ou tentando fazer uma renda em um ou outro bairro.

Então tudo melhora com a tarifa zero. A gente espera que no futuro a gente tenha isso, mas nessas emendas que nós fizemos está incluído tarifa zero para algumas áreas, alguns setores, aqueles mais excluídos. Isso é reparação, isso é inclusão. Nós não podemos dar... eu estou dizendo dar porque nós estamos injetando dinheiro público, que é dinheiro desse povo mesmo, que

vem do imposto, dos impostos que se paga. Uma vara de pão que se compra tem um impostozinho ali e é essa poupança pública que está indo agora R$ 60 milhões para os empresários.

Então, Sr. presidente, nós ficamos realmente muito surpresos e tristes porque essas emendas estão sendo rejeitadas assim, de maneira muito rápida. Eu quero fazer um apelo aqui ao líder do governo: olhe bem, nós estamos em uma cidade que é uma cidade que tem o maior desemprego das capitais brasileiras.

É uma cidade onde a população vive com menos de dois salários mínimos, a grande maioria da população; é onde a gente tem o maior número proporcional de pessoas no CadÚnico, ou seja, aquelas pessoas que dependem de Bolsa Família porque são pobres. São esses incentivos.

Em vez de a gente jogar incentivo, recurso, R$ 800 mil no Salvador Boat, aquele evento que teve das lanchas milionárias, a gente podia jogar esse recurso para subsidiar, mas com a contrapartida. Quantas passagens daria para financiar com esses R$ 800 mil? Aliás, com tanto dinheiro que se investe naquele setor de Salvador, da população que vive bem, que mais ganha, que ganha mais em Salvador, que tem uma vida tranquila, que tem acesso a tudo.

Então, eu fico realmente preocupada e eu acho que a gente tem que marcar aqui essa posição. Nós não devemos votar e aprovar projeto de lei de subsídio no escuro mais uma vez, não.

Não é possível, Sr. presidente. Nós tivemos aqui um processo de licitação da tarifa de ônibus, licitação do serviço de ônibus, que foi uma licitação errada — e o senhor sabe disso. O erro começou lá atrás.

Eu já vou terminar, já estão olhando para o relógio. Concluo dizendo que esta questão é muito importante. Nós vamos precisar voltar a esta questão, mas faço um apelo: é preciso que a gente tenha contrapartida para votar subsídio, seja de quanto for. Nós precisamos de duas coisas: transparência, saber os custos do sistema, e contrapartida, tarifa zero para idoso. Ali o projeto do vereador Gordinho da Favela, Sr. presidente, que foi aprovado e até hoje nada, que era para meia-passagem ir para 60 anos, como manda a lei federal. Até hoje o prefeito não sancionou.

Então, estas coisas que deixam a gente com muita dificuldade de votar favorável. É um projeto de subsídio em que a gente não tem contrapartida para a população.

Muito obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Eu que agradeço, vereadora Aladilce.

Vereadora Marta.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadoras e vereadores, a quem também nos acompanha pelas nossas redes sociais, Rádio e TV.

Dizer, Sr. presidente, que este momento que a gente tem para discutir e trazer também mais um pouco das informações do dia de hoje, do projeto que está aqui na Mesa para ser apreciado e votado, é o projeto que a gente compreende e entende da importância de garantir o subsídio. Mas também, Sr. presidente, nós precisamos melhorar e aperfeiçoar para o nosso povo que depende do transporte público e que tem direito à cidade. Aí, quando isso é negado, também é negado o direito de circular e de viver nesta cidade.

Por que, Sr. presidente, o projeto estabelece um limite máximo de R$ 67 milhões para o exercício de 2025, sendo que R$ 63 milhões vão para as concessionárias de serviço de transporte público coletivo e ônibus também convencional e R$ 4 milhões para os delegatários do subsistema de transporte especial complementar, Stec.

Então, este é um debate que nós precisamos encarar e nós sabemos que no ano anterior, para a gente ter acesso às planilhas e às informações, o senhor foi fundamental, fez uma intervenção,

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

e aí que nós recebemos. Aí vem estes projetos, não vem estudo, não vem nenhum embasamento, nenhuma nota técnica para a gente poder debater.

A política nacional de mobilidade urbana, que foi instituída através da Lei Federal nº 12.587/2012, prevê o que no seu Art. 8º, Inciso V e IX? Que a política tarifária de serviço público de transporte público e coletivo é orientada, dentre outras diretrizes, pela transparência da estrutura tarifária, a publicidade no processo e revisão e também, Sr. presidente, nos parâmetros de qualidade e quantidade da referida prestação de serviço.

Por isso que as emendas que nós apresentamos, algumas aditivas, que era para a gente aperfeiçoar e melhorar, e foram todas rejeitadas. Uma outra que nós apresentamos aqui é a que trata também de instituir — era uma aditiva no Art. 3º — a questão dos créditos oriundos das vendas antecipadas dos bilhetes de sistema coletivo de transporte.

Por que, Sr. presidente? É o que nós discutimos sempre e apresentamos aqui: em Salvador, persiste na realidade em que muitos usuários de transportes públicos carregam os seus bilhetes eletrônicos com créditos que, por qualquer motivo, não são utilizados dentro do prazo de 90 dias. Sabe o que é que acontece? De modo, também, como a gente acompanha a medida das vendas antecipadas do bilhete e a não prestação de serviço público contratado, então é o que a gente chama de “Quero Meus

Créditos". Então, se neste prazo de 90 dias o trabalhador, a trabalhadora, o estudante não utilizaram, perdem esse aí.

Então, isso, também, é mais um absurdo, porque é dinheiro que a pessoa foi lá e adquiriu os seus créditos, antecipadamente. Então, não dá para a gente... Essa, também, foi uma emenda que é para a gente aperfeiçoar e melhorar.

E a outra aditiva, também, Sr. presidente, é para a gente garantir a lei e a tarifa denominada "Domingo É Meia". E as pessoas nos bairros falam assim: "É meia dúzia de ônibus? Porque se no domingo é meia a gente não está vendo os ônibus circularem".

Em São Paulo e em outras capitais, não se paga nada no domingo e no feriado, mas aqui cobra, é a meia. Isso, também, está no âmbito do subsistema de transporte coletivo por ônibus e, também, do Stec, com o valor da passagem correspondente a 50% do valor da tarifa integral, válida exclusivamente nos dias de domingo, para passageiros que paguem a prestação de serviço em espécie, no valor do veículo, para aqueles portadores do cartão avulso.

Por isso, Sr. presidente, a Transalvador deverá expedir os atos normativos complementares e efetuar as adequações dos instrumentos de rotina no planejamento de gestão do transporte na nossa cidade.

Por isso que outra emenda, também, que veio nessa direção — e a gente tem acompanhado o que vem acontecendo em outros estados —, que é assegurar a isenção do valor da tarifa cobrada nos transportes coletivos urbanos, nos dois que eu já citei aqui, quem estiver fazendo o gozo do seguro-desemprego, pelo prazo máximo de vigência e de benefício. Por quê? a nossa líder já falou aqui. Salvador tem muitos desempregados. Então, como vai sair para procurar emprego, se não tem nem como se deslocar, não tem o direito à cidade, de sair à busca e à procura de um emprego?

Então, a concessão da gratuidade se dará por meio de apresentação do comprovante de concessão de benefício pessoal, que ele é intransferível. Mas essa emenda, também, foi aqui rejeitada, todas elas.

E mais, Sr. presidente, mais outra emenda que nós consideramos importante, que é uma emenda aditiva. É o Art. 6º da Lei n° 5.699, de 10 de fevereiro de 2000, que é também garantir que os alunos dos estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus, localizados no município de Salvador, bem como os alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, matriculados e com frequência regular, comprovando o direito à isenção do valor da tarifa cobrada nos transportes coletivos urbanos do nosso município.

Também cabe ao Poder Executivo Municipal regulamentar o passe livre estudantil no prazo, também. Esse debate que já foi feito aqui pela Comissão de Transporte, foi uma audiência muito rica, muito produtiva, que o presidente da Frente Parlamentar, Jilmar Tatto entrou, também, online. Parabéns, presidente Helio Ferreira, pela audiência que foi muito grandiosa. O secretário municipal de transporte também esteve presente e diversos estudiosos, que também apresentaram toda a importância de como nós devemos tratar esse debate em nossa cidade.

Por isso, é importante para todos nós. E tem uma outra, Sr. presidente. Meu tempo está acabando, mas eu não posso deixar de falar. Tem mais outras tantas que nós já apresentamos, a bancada de oposição, mas é uma emenda também aditiva, que inclui no Art. 10º ficar assegurado também a isenção do valor da tarifa cobrada nos transportes coletivos — para a gente garantir — às vítimas de violência sexual e as que estão em uso de profilaxias, enquanto durar o seu tratamento. Então, essa concessão também é para garantir, por meio de apresentação do relatório médico, a comprovação do tratamento.

Então, é sobre essas emendas. Temos mais, mas o tempo não permite. A gente vai discutindo durante a semana, mas essa também aqui garante às mulheres, que somos maioria nessa cidade, e a sua maioria de mulheres negras e que não têm direito à cidade e nem o direito a continuar com o seu tratamento, com

sua ida e sua vinda, de chegar até o médico e ser atendida e atendida com dignidade.

Então, Sr. presidente, foram essas emendas que nós construímos para aperfeiçoar e melhorar. E aqui eu reitero, porque quando as pessoas falam “a oposição é contra tudo”, nós não somos contra. Já aprovamos aqui diversos projetos, Sr. presidente — o senhor é testemunha disso. Mas a gente também tem o direito de apresentar as emendas para melhorar e aperfeiçoar o projeto que vem do Executivo, para, cada vez mais, dar garantia às pessoas que habitam essa cidade de ter o direito de circular e de viver essa cidade e viver com dignidade.

Muito obrigada, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Nós que agradecemos, vereadora Marta. E eu já fiz o agradecimento à oposição, porque esse projeto só pode ser votado hoje por acordo com a oposição. Agradeci à oposição porque esse projeto só pode ser votado hoje com o acordo com vocês. Né isso?

Vereador Sílvio Humberto.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Sr. presidente, enquanto o Sílvio chega lá, permita-me. Eu esqueci de falar e mencionar uma emenda que é muito importante. Nós queríamos também, como contrapartida, que não tivesse o próximo reajuste, que o prefeito já está anunciando. Então a gente vai dar subsídio agora e vai ter reajuste daqui a pouco? Está entendendo?

O povo paga agora — porque é recurso público — os R$ 60 milhões e, quando chegar em janeiro, vem novo aumento de transporte. Então a gente precisa realmente ter uma atitude, o município, Câmara e Executivo, uma atitude mais profunda sobre essa questão do transporte.

Estou falando de maneira muito solícita porque realmente é uma questão séria.

Muito obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Muito obrigado, vereadora.

Vereador Sílvio Humberto.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Muito obrigado, Sr. presidente. Na verdade, aqui eu vou seguir o entendimento da bancada de oposição.

Não é simplesmente ser contra subsídio, porque nós sabemos que as tarifas que envolvem a prestação de serviço de transporte público, todas são subsidiadas. O que nós questionamos — e por isso nós fizemos algumas emendas, no total de 11 emendas — é justamente para aprimorar, melhorar o projeto, uma vez que nós percebemos que não há um plano definido sobre mobilidade urbana na nossa cidade.

Nós ficamos que nem a política que na economia a gente chama de *stop and go*, para e anda. Subsídio, ano que vem outros subsídios, e resolver o problema nós não resolvemos. É como se você mantivesse também esse círculo vicioso da mobilidade urbana, em que os subsídios não significam — você que está em casa me ouvindo — melhoria na qualidade do serviço.

As emendas que foram apresentadas nessa tarde aqui foram, no total, de 11 emendas. Essas objetivavam, justamente, melhorar a qualidade do serviço público, desse serviço, trazendo também algumas inovações que permitiriam isso se refletir na

qualidade desse serviço e também garantir acessibilidade. Vocês sabem que cerca de 40% da população — eu vi isso aqui nesta Casa — não pega transporte público porque não tem dinheiro, porque esta é uma cidade de todos os pobres.

Então, isso impacta diretamente em quem pega o transporte. Por isso que é estratégica e é necessária a discussão sobre tarifa zero. Enquanto não discutirmos isso para valer, nós ficaremos, sinceramente, rodando que nem pião, e não chegaremos a lugar algum. A discussão a se fazer hoje é uma decisão política de se discutir, com profundidade, com tempo, com vagar, a tarifa zero. Precisa envolver o governo do estado, o governo federal, mas é uma discussão que não dá mais para ficar adiando, sob pena de ficarmos tapando o sol com a peneira. Não vai resolver esse problema.

Eu já estou aqui no quarto mandato e o problema é recorrente. E agora, um agravante: essa emenda que foi aprovada no projeto anterior, que o prefeito vetou, é essa garantia minimamente, Sr. presidente — e foi a emenda de V.Exa., que nós apoiamos. A Câmara exerceu seu papel fiscalizador e, infelizmente, não se tem essa compreensão do outro lado da avenida. Manda o projeto...

E aí eu fico me perguntando, Sr. presidente, que gestão de excelência é essa? O projeto vem aqui, e por que o projeto retornou, minha gente? Retornou porque não foi dito,

explicitamente, qual era o montante do subsídio. Ou seja, o dever de casa, o "be-a-bá" não foi feito. Aí foi lá, bateram cabeça e voltaram para colocar: "Olhe, R$ 63 milhões para o transporte público e R$ 4 milhões para o Stec". Isso não foi definido no projeto anterior. Era o mínimo!

Então, se fizéssemos essa emenda aqui, certamente poderia voltar dizendo que é como se do lado de cá não houvesse vida inteligente. Então, aqui, o nosso posicionamento não é contra a figura do subsídio em si, mas esse cerceamento da Câmara, desse direito nosso de fiscalizar quando envolve a tarifa pública, e a essa falta de um projeto, de um plano de mobilidade urbana em que a Prefeitura... já houve esse plano de mobilidade urbana, mas a Prefeitura, ao longo desses quatro mandatos deles aqui, eles não conseguem resolver. Sempre quando aparece é uma solução mirabolante.

Eu lembro aqui quando chegaram, que era o problema da questão das outorgas. Eu lembro aqui que as outorgas eram consideradas como a grande descoberta, a grande inovação e que isso iria resolver todos os problemas. Deu com os burros na água, não resolveu absolutamente nada e ainda criou uma dívida impagável. Isso foi o resultado, do que assim era considerado que sempre tem que ser o "*the best*", o melhor de todos e de todas as galáxias aqui precisa ser. Na verdade, a gente está lidando com a coisa pública.

É preciso vagar, é preciso conversar, é preciso dialogar, é preciso envolver a população, envolver a sociedade civil organizada. É preciso entender de verdade o que o Observatório da Mobilidade Urbana quer dizer quando se coloca a mobilidade urbana como um direito, que é para além do que ser transportado, mas precisa ser como um direito humano você ter direito à mobilidade urbana.

Entender dessa forma é o que vai subsidiar a discussão da tarifa zero. Enquanto não fizer dessa forma, nós vamos ficar aqui assim. Este ano, em que o governo tem maioria, passa o subsídio. O ano que vem podemos esperar um novo subsídio, sempre sob o argumento de que, se não tiver o subsídio, a tarifa vai bater na estratosfera, e a gente não resolve o problema.

Eu acho que era um caminho importante ter aprovado essas emendas, não elas serem analisadas de forma muito açodada aqui, mas, pelo investimento que foi feito, analisar com cuidado, porque nós estamos tratando de melhorar a qualidade desse serviço público que vai impactar diretamente na vida das pessoas, na vida do povo de Salvador.

Então aqui o nosso posicionamento, seguindo a bancada de oposição, como eu digo: não é o subsídio em si, mas a forma como ele se apresenta, que não nos dá garantia. A forma como essa administração que se autodenomina e que se autorreferencia como a gestão de excelência, que manda um projeto para cá em

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

que não se detalha quem vai receber o quê. Quando recebe uma emenda que era importante, essa emenda que mantém na Câmara o seu poder de fiscalizar, de a Câmara ser ouvida, estamos, infelizmente — na medida em que concordamos, na medida em que a maioria concorda com o veto do prefeito —, de fato, oferecendo um cheque em branco para o prefeito fazer o que quiser, sobretudo em relação aos próximos cinco anos.

Eu acho isso bastante lamentável, Sr. presidente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereador Sílvio Humberto.

Vereador Hamilton Assis.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, Srs. vereadores presentes nesta Casa, Sras. vereadoras, o público que nos assiste na TV Câmara e na Rádio Câmara. Essa discussão que nós vamos fazer aqui é muito importante. Meus colegas vereadores da bancada da oposição e vereadoras que me antecederam fizeram aqui uma fala que nós consideramos importante de ser observada, mas nós queremos

trazer alguns elementos novos. Não novos, porque eu já havia feito esse debate antes nas nossas falas, quando se votou o projeto anteriormente, que facultava o subsídio. Esse PL chega agora para corrigir exatamente uma das falhas que nós já havíamos apontado, que era a falta de elementos que pudessem determinar quais seriam os valores do subsídio que seriam dados, já que o projeto permitia que esse subsídio ficasse a critério das demandas das empresas ou quando os custos dos transportes coletivos assim apresentassem uma necessidade, para que a Prefeitura pudesse fazer o desembolso. Já apontavam que naquele momento seria ilegal e completamente inconstitucional esse projeto.

Eu gostaria de trazer uma outra coisa aqui porque o presidente fez questão de dizer aqui que nós, a oposição, que esse projeto de subsídio que está sendo votado hoje só foi possível considerando as condições do Regimento porque a oposição assim colaborou.

Nós queremos dizer que o nosso papel aqui não é de criar nenhum obstáculo para debate sobre questões que sejam do máximo interesse do nosso povo. Nós achamos que o debate sobre a questão do transporte coletivo é fundamental e necessário.

Primeiro porque nós consideramos que é necessário melhorar a qualidade desse serviço. Segundo porque não é justo

que a gente repasse os custos desse transporte o tempo todo para aqueles que mais sofrem, que é exatamente a população que mais depende do transporte coletivo, que é quem paga a tarifa, uma das tarifas mais caras do transporte coletivo deste país.

Portanto, discutir o transporte coletivo ou a possibilidade de qualquer aumento que venha causar impacto nesta tarifa é, sobretudo, pensar no nosso povo. Mas daí não podemos também deixar o coração aberto, no sentido de compreender estas questões, e, ao mesmo tempo, permitir que sejam feitas concessões — na minha avaliação — através de subsídios, que não garante e não assegura para a gente a melhoria contínua da qualidade desse serviço.

E é por isso que nós estamos encaminhando, apesar de termos votado e termos admitido a possibilidade de nós estamos discutindo hoje aqui, considerando as condições do Regimento, este projeto. Nós estamos encaminhando — eu, pelo menos, e a bancada do PSOL — o nosso voto contrário ao projeto. É sobre isso que gostaria de falar aqui e reafirmar questões que já havia dito antes.

Votamos contra este PL, Sr. presidente, porque a proposta mantém repasses sem contrapartidas. Este modelo atual não soluciona os problemas estruturais e nem garante deslocamento digno para os grupos vulneráveis, além de não oferecer transparência nos custos — nós já afirmamos isso aqui — e

metas de desempenho das empresas. Estas empresas precisam prestar conta do seu serviço, e não é isso que vem acontecendo, principalmente porque essas empresas, antes deste subsídio, já receberam outros subsídios que já chegam a casa dos R$ 200 milhões, e a gente não viu este sistema de transporte melhorar. Muito pelo contrário, o que nós estamos vendo é se avolumar nos pontos de ônibus, principalmente embaixo das plataformas do BRT, a nossa população esperando ônibus, que não chegam, enquanto os ônibus do BRT passam vazios no horário de pico em direção ao Itaigara, ou à Estação da Lapa, ou à Estação Rodoviária. Isto é um completo absurdo! E foram milhões de dinheiro que foram gastos com esse projeto, Sr. presidente.

A outra coisa, são as melhorias obrigatórias na qualidade do serviço, que já falei aqui, que não vimos acontecer. Outra coisa importante e que a gente não abre mão é do Conselho Municipal de Transporte, que está inativo, impedido da participação popular. Projetos como esse poderiam estar sendo discutidos ou mesmo sendo antecipados, a partir de um debate com a sociedade civil, através do Conselho Municipal de Transporte, mas isso não é feito.

Por que o prefeito tem tanto medo da participação popular e do debate público sobre questões tão fundamentais para a nossa cidade? Queria saber o porquê, muito porque a gente tem visto que a participação popular tem encontrado soluções,

inclusive efetivas para solucionar vários problemas do serviço público, porque é escutando o povo, sabendo exatamente das suas demandas, olhando e conciliando situações que a gente vai poder encontrar soluções que, de fato, apontem para que a gente possa ter um transporte coletivo digno e de qualidade.

O impacto social do transporte coletivo que, como já disse, é precário, afeta diretamente a população negra, mulheres e homens trabalhadores. Ou seja, garantir um transporte digno é, sobretudo, garantir reparação, reparação histórica. Nós vimos aqui no relato da vereadora Marta, da vereadora Aladilce e do companheiro Sílvio Humberto, o quanto quem sofre nas filas de ônibus na nossa cidade, no Subúrbio Ferroviário, Palhinha — e nós que também já moramos lá naquela região, vivemos aquela realidade. Os meus parentes vivem lá e sou obrigado a me deslocar para aquela realidade, mas é uma realidade que, particularmente, acho que poderia ser outra, se a gente, de fato, tivesse um sistema de transporte coletivo que pudesse permitir o nosso povo andar livremente nesta cidade e poder se deslocar.

Isso, consequentemente, ia melhorar a economia do Subúrbio, a economia de Itapuã, toda a economia da cidade e a gente ia parar de ver o nosso povo segregado nos bairros periféricos, sem poder ter acesso, dignamente, a serviços públicos de qualidade. Os serviços públicos, quando assim são lhe oferecidos, eles têm dificuldade de se deslocar até este serviço,

porque eles têm dificuldade de encontrar o dinheiro para pagar o seu transporte coletivo.

Então, nós não podemos brincar com isso. O transporte coletivo — sobretudo a mobilidade urbana e o transporte coletivo da nossa cidade — pode garantir algo que é fundamental, que é a garantia de todos os outros direitos, porque se posso me deslocar para ir para o serviço médico, se posso me deslocar para ir para a escola, se posso me deslocar para circular na cidade dignamente como qualquer outro, também estou exercitando ao máximo a minha cidadania. Isto também é reparação.

Assim como no PDDU de Salvador, não é pensando de forma antirracista, sequer pensam nas pessoas negras desta cidade. Esta proposta segue a mesma lógica: a população paga caro por um transporte ruim, enquanto empresas recebem milhões sem fiscalização, sem contrapartida, sem compromisso com a mobilidade digna na nossa cidade. É por isso que nós defendemos a tarifa zero. Se nós já estamos dando esse volume de subsídio, é possível discutir outras formas complementares de fazer esse subsídio, para garantir que as empresas sejam remuneradas, também, de forma digna e o nosso povo possa circular nessa cidade de forma respeitosa.

Por isso, a ausência de metas de qualidade, como a renovação da frota, melhoria de acessibilidade, redução do tempo de espera e aumento da confiabilidade do serviço... também como

presidente Da Frente em Defesa da Tarifa Zero e do Transporte Digno, defendo a criação de um plano estruturado de financiamento para implementar, gradualmente, a tarifa zero.

A tarifa zero é uma política pública essencial, especialmente para a maioria da população negra e de baixa renda, que depende do transporte coletivo. Assim, sem a reativação imediata do Conselho Municipal de Transporte, publicação regular de todos os dados técnicos e financeiros vinculados ao repasse e ao cumprimento de metas de qualidade e eficiência, e a elaboração de um plano de financiamento para a tarifa zero, o meu voto vai ser sempre contra.

O transporte deve ser visto como direito social e não como um negócio privado. Defender a tarifa zero é defender o acesso à cidade, à educação, ao trabalho para quem precisa. Por isso, continuo votando contra qualquer forma de subsídio se ele não tiver a contrapartida necessária que assegure o transporte digno, gratuito e de qualidade para o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Nós que agradecemos, vereador professor Hamilton Assis.

Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei nº 522/2025 permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final, com o voto contrário da oposição.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Presidente, declaração de voto.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Você que vai declarar?

Declaração de Voto, vereador Helio Ferreira.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HELIO FERREIRA (PCdoB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, todos que nos assistem. Primeiro, quero aqui agradecer a todos os vereadores, mais a bancada de oposição, pelo bom senso desse projeto. Mas eu quero aqui, mais uma vez, declarar o meu voto crítico ao projeto do subsídio. Um voto favorável, para não piorar mais ainda, porque a situação do subsídio que a gente vê é uma situação que não está resolvendo o problema da mobilidade de Salvador.

Então, a cada ano, você vê mais subsídio, mais subsídio, e a gente não toma as medidas, realmente, que são necessárias para resolver todo o problema da mobilidade da cidade.

E aí, para que o transporte não piore, para que a situação não entre em um caos, a gente se submete, aqui, a votar a favor, para não piorar mais ainda a situação, porque não queremos um transporte totalmente clandestino na cidade.

Nós temos aí, hoje — como é público —, ameaças de suspender, de não pagar o 13º dos trabalhadores. E aí a gente fica na indecisão. Se não vota o projeto do subsídio aqui, presidente, corre o risco de os trabalhadores não receberem o 13º. E aí a cidade parar, porque os rodoviários iriam parar mesmo se não receberem o seu 13º, porque o trabalhador não tem culpa do problema da crise, ele cumpre com a parte dele. Ele cumpre, todo dia ele leva e traz as pessoas, ele movimenta a cidade, ele traz as pessoas para a cidade.

Então, o trabalhador não tem culpa nenhuma desse problema da crise. A crise é um problema de gestão, que se precisa tomar medidas, medidas que, realmente, resolvam, que a gente tenha um transporte público de qualidade, inclusivo, com segurança, com viabilidade, que a gente tenha uma fluidez no trânsito, para que as pessoas, realmente, possam deixar o seu carro em casa e pegar o ônibus.

E para concluir, Sr. presidente, eu quero afirmar que a gente precisa se aprofundar aqui na tarifa zero, que vai corrigir o problema social da nossa cidade. A tarifa zero vai fazer com que as pessoas possam ter acesso ao transporte. Por ter acesso ao transporte, aí vai ter acesso à saúde, à educação, à cultura e ao lazer da cidade. E aí sim a gente vai realmente ter uma população com justiça social na questão do transporte público.

Muito obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL.**

Comunicação inadiável, Sr. presidente.

Sr. presidente, obrigado pela Comunicação Inadiável. Esta é uma tarde importante para o povo de Salvador. A Câmara de Vereadores dá uma prova inequívoca da responsabilidade com o povo de Salvador, através do prefeito Bruno Reis, principalmente com as pessoas que utilizam o transporte público.

Quando eu vejo aqui alguns vereadores lutarem por transporte tarifa zero, eu também sou favorável. Mas eu quero saber: como é que nós, vereadores, poderíamos votar uma emenda dessa? A partir do momento que a gente vota, o projeto

torna-se lei. E de onde? Quem vai cobrir o furo das empresas? Eu sou empresário, sou administrador de empresas. Quem vai pagar a conta? Não existe almoço de graça. Não existe transporte de graça. O transporte só vai ser de graça quando o governo estadual e o governo federal aportarem recursos para que o município possa dar outorga para os ônibus rodarem em nossa cidade.

O prefeito Bruno Reis não é dono de empresa, não manipula empresa. Ele dá autorização, dá o alvará para que as empresas possam rodar. Mas empresário nenhum vai colocar os ônibus para rodar sem ter recursos. Quem paga os insumos do pneu, da gasolina e do salário?

Eu sou favorável — eu sou da periferia — que o transporte seja zero, mas o governo federal e o governo estadual têm que colocar no seu orçamento, colocar contrapartida, Naldo, para que possa ser transporte zero. Aí vejo vereadores avocando para si a responsabilidade de paladino da salvação do transporte público. Isso não existe!

A Câmara de Vereadores está aqui sob nossa responsabilidade. Votar esse subsídio para o transporte não parar, como disse o vereador Helio, para que as empresas não deixem de pagar inclusive o 13º, e o prefeito Bruno Reis, que está fazendo o seu gesto, para que o transporte não entre no colapso. Tem que ter dinheiro federal e estadual para que o transporte público seja gratuito.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR MAURÍCIO TRINDADE (PP)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador. Está sobre Mesa a Moção nº 291/2025, do vereador Duda Sanches. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. E o requerimento de licença do vereador Sidninho. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Tempo das Representações Partidárias. Liderança do governo, vereador Téo Senna, pelo tempo de cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR TÉO SENNA (PSDB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, quero aproveitar essa sessão para comentar o Edital nº 01/2025, da Secretaria de Saúde do governo do estado da Bahia. Já publicado, trata de um processo simplificado para a seleção de estudantes

oriundos do estado da Bahia, preferencialmente, de áreas rurais, para 60 vagas para estudantes formados pela rede pública de ensino, de baixa renda, que se comprometam, após formação, a atuar pelo menos dois anos em suas cidades ou em localidade de difícil de acesso ou com escassez de profissionais de saúde.

Analisando, com a própria imprensa e a oposição na Assembleia falando, o referido edital chama a atenção que os jovens devem ficar em Cuba por seis anos, ou seja, 72 meses, que é o prazo de duração do curso. A pergunta se faz, vereador Kiki: como fica a estadia e a manutenção dos estudantes durante esses seis anos? Na divulgação, a imprensa diz que será custeado pelo estado e que o custo total para a gente — pasmem! — é da ordem de R$ 25,5 milhões, o que resulta em um custo individual de R$ 358.333 mil com alunos, a um custo mensal de cerca de R$ 5 mil.

Realmente é um momento... claro que o governo do estado, a oposição, deveria reivindicar. Se contesta se não se conseguirá com a universidade aqui do Brasil uma parceria ajustada, com essas universidades aqui, com a vantagem de os jovens não estarem longe de sua terra natal e livres das condições adversas que é viver em Cuba, um país que sofre de restrições e embargos, que sua população toda hora busca refugiar-se fora dele.

No edital não há garantias na estadia em Cuba, só se fala em formação no curso de Medicina em Cuba. Não esquecemos do

programa Mais Médicos, em que cerca de 20 mil médicos cubanos atuaram, com o agravante dos médicos terem retidos a maior parte dos seus salários pelos cubanos. O acordo foi encerrado em 2018, mas muitos médicos cubanos optaram por permanecer no Brasil.

Atualmente, o programa prioriza médicos brasileiros, mas ainda conta com profissionais de Cuba, inclusive aqueles que decidiram ficar após o fim da parceria, pela forma como eles eram tratados, como escravos, levando inclusive mais do que seu salário.

E aí fica nossa dúvida: nossos jovens oriundos do interior, ou mesmo da capital, estão preparados para enfrentar a jornada de seis anos em um país em que sua população busca refugiar-se fora dele? O que seria essa adaptação e estadia durante seis anos? Que segurança terão os desistentes durante esse período?

Assim sendo, Sras. e Srs. vereadores, vejo com desconfiança e entendo que o edital precisa sofrer correções, para definir as ações e garantias durante a estada dos alunos em Cuba. Eu acho que os deputados estaduais deviam estar atentos e buscar realmente ações que pudessem consertar tantos erros, inclusive no próprio prazo de inscrição. O prazo de inscrição é do dia 17 a 21, apenas cinco dias, a contar de hoje. Parece carta marcada. Os nossos estudantes do interior, especialmente, terão

acesso a esse edital — o que seria fundamental — nesses cinco dias?

Duvido muito que o edital consiga atingir seu público-alvo, a não ser aquele que já esperava por ele. Qual estudante da rede pública de baixa renda possui um passaporte válido? Pois é, esta é uma das condições impostas ao edital para inscrição. Não quero acreditar, mas repito: parecem cartas encomendadas. A parceria é certa. Conclamo a Sesab a corrigir ou expressar de forma clara o que se quer desse processo seletivo.

Realmente, vereador Kiki, chega a se estarrecer. Você levanta 60 estudantes de zonas rurais, com necessidades, para fazer a formação de medicina lá em Cuba. É um quadro triste, que precisa ser avaliado. É um problema muito sério, e a gente precisa, Sr. presidente...

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR MAURÍCIO TRINDADE (PP): Sra. vereadora, pela oposição? Pelo tempo de cinco minutos, vereadora Aladilce.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, eu quero dizer que toda vez que eu subir aqui eu vou cobrar, do secretário de Saúde deste município e do prefeito Bruno Reis, a convocação dos concursados da área da Saúde.

Vereador Téo Senna, V.Exa. estava falando sobre a Saúde, e as unidades de saúde deste município estão precisando repor o quadro de pessoal. O concurso foi realizado ano passado, para homologar o concurso foi uma luta, foi homologado, mas parece que o prefeito não está querendo convocar o pessoal. Nós já estamos no mês de novembro, meados do mês de novembro, e até agora o prefeito não convocou.

Então, eu quero deixar aqui mais uma vez um apelo. Toda vez que eu subir aqui eu vou cobrar. É por essas e outras que a gente acaba indo ao Ministério Público, acaba entrando na Justiça, vereadora Eliete, para que se cumpra a lei, para que a política pública seja priorizada, realmente. É preciso, saúde é coisa séria. As mulheres, principalmente, continuam indo para a porta das unidades básicas de madrugada. Tem déficit de funcionários, e pelo menos 500 Redas foram renovados porque o perfeito não chamou os concursados.

Então eu quero chamar a atenção. É importante, na mesma linha aqui da necessidade de formação, de qualificação, esse edital que está aí para possibilitar que 60 alunos carentes, que

não têm condição de custear estudos, vão para universidade de excelência.

Gente, Medicina em Cuba é uma das melhores do mundo. Não sou eu que estou dizendo, não. Eu sou profissional da área da saúde e isso é comprovado pela Organização Mundial de Saúde. Os americanos, vereador Téo Senna, saem de lá, dos Estados Unidos, para irem se tratar em Cuba. Sabia disso? Atravessam ali, é pertinho, e vão se tratar em Cuba.

Agora, não podemos trazer esse conhecimento, essa expertise, essa formação, que inclusive é uma formação dirigida para comunidades carentes, é a formação de médicos, de família, de profissionais de saúde voltados — e com uma sensibilidade própria e adequada — para a população de baixa renda, a população pobre. É um curso que traz a humanidade como eixo central da formação.

Eu acho que é diferente de pagar doutorado que só três secretárias — infelizmente mulheres — gastaram mais de R$ 500 mil. Não se trata disso. É um edital que envolve 60 alunos carentes, com todo o critério. A gente rebateu aqui a questão do doutorado porque não tinha critério nenhum, foi um autobeneficiamento.

A própria secretária, com dispensa de licitação, paga R$ 200 mil, a outra R$ 200 mil e tanto, e outra R$ 100 mil e tanto. Inclusive, eu quero chamar a atenção, Sr. presidente Maurício.

Apresentei um projeto aqui para disciplinar aqui no município a questão da qualificação, porque eu acho que para todo profissional, inclusive os gestores, é importante se qualificar.

Mas gente tem que ter critério. Por que paga para um e não paga para outro? Se gastou R$ 400 mil com um, não vai dar para outro. Todo ano a Secretaria da Fazenda, todos os servidores, auditores, queriam fazer doutorado, mas só a secretária foi agraciada. Então, não está certo.

Nós precisamos votar uma lei. Nós, que temos responsabilidade e temos obrigação de fiscalizar, de estabelecer normas para uso dos recursos públicos, tem que sair daqui essa lei. Eu quero pedir. Aproveitar e pedir já o voto a vocês, já está na Câmara tramitando, tudo bonitinho, estabelecendo critérios, tanto para os servidores de carreira, servidores permanentes, estatutários, como para aqueles temporários também, que eu acho que devem ser qualificados.

A qualificação para o serviço público é fundamental, é questão de princípio. Então, eu queria chamar atenção para isso.

Meu tempo está terminando. Eu termino aqui convidando todos e todas para amanhã às 10h. Nós vamos aqui conceder o título — Sr. presidente, com sua tolerância — de Cidadã de Salvador, à grande Zezé Motta, multiartista, às10h. Terminei. 10h da manhã, amanhã.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Com a palavra, vereador Maurício Trindade.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR MAURÍCIO TRINDADE (PP)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL**.

Comunicação Inadiável. Provavelmente, meu querido presidente, nesta quarta-feira será votado aqui aquele projeto que nós temos tratado direto, que é o projeto da organização dos eventos da Barra. Não queremos acabar com eventos, queremos apenas regulamentar.

Vocês vejam que eu coloquei no grupo dos vereadores. A bagunça é literalmente a bagaceira do caminho da feira. Foram trios elétricos sábado e domingo na feira, várias corridas, restaurantes sendo fechados, ninguém consegue chegar na praia turística dia de sábado e domingo, ninguém consegue dormir, ninguém consegue ir no restaurante, ou seja, acabaram com a Barra.

Nós estamos fazendo, quarta-feira aqui, provavelmente, a votação para regulamentar e evitar que isso se estenda. E também recebemos queixas aqui constantes do bairro de Stella Maris, onde tem uma barraca de praia — me parece que o nome é

Sal — que tem autorização para funcionar em eventos até 1h da manhã, que 1h da manhã, mas vem paredões do lado de fora com 10 mil pessoas e ninguém consegue sequer dormir.

O relato é que os hotéis, o Gran Hotel Stella Maris, que é no local, quase todos os turistas que estavam lá pediram para sair, porque simplesmente não pode ficar num local onde ninguém consegue dormir. É um prejuízo gigantesco esta bagunça está acontecendo aqui em nossa cidade. Foi preciso que a Polícia Militar fosse lá acabar com a festa às 6h30min da manhã.

Então, nós precisamos dar poder à Guarda Municipal para que possa fiscalizar a parte ambiental e acabar com esta bagaceira que está acontecendo aqui em Salvador. Precisamos que a Sedur tome pé dessa situação. Stella Maris pede socorro, não podemos permitir que isso aconteça todos os fins de semana. Acabaram com a Barra e agora querem acabar com Stella Maris também.

Muito obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereador Mauricio Trindade.

Pelo tempo do PL, vereador Cezar Leite.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CEZAR LEITE (PL)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**.

Obrigado, Sr. presidente, obrigado a todos que nos assistem.

Vamos falar um pouco de saúde, saúde pública no governo do estado da Bahia, com a hipocrisia do governador Jerônimo Rodrigues. Há pouco, nosso querido vereador Cláudio Tinoco falou sobre o vídeo que está rolando do Jerônimo dizendo "deixa no corredor esse povo que eu vou falar e vou acionar o Ministério Público", sem nenhum tipo de sentimento, sem nenhum tipo de amor e nem de gestão como governador para resolver o problema, jogando isso para o município, jogando isso para prefeitos, tirando a responsabilidade dele como governo.

E o governo do estado da Bahia, do PT, para dizer que atende a população mais pobre e preza pelas pessoas de baixa renda, vereador Ricardo Almeida, anuncia um edital da Uneb e coloca o processo simplista seletivo para 60 alunos que vão para Cuba estudar Medicina. A universidade que eles vão estudar é a Escola Latino-Americana de Medicina, criada por Fidel. É uma escola militante, é uma escola ideológica, criada por Fidel, que inclusive não foi nem atendido em Cuba. Quando Fidel ficou doente ele foi atendido na Espanha. Nem ele tem confiança com a própria escola que ele criou.

Mas o mais importante é que este discurso do governador do estado, dizendo que são pessoas de baixa renda que vão para Cuba para aprender Medicina, retornar e vão para os locais mais longes da Bahia para poder atender o povo e melhorar a qualidade de saúde da Bahia, é mentiroso!

O edital — se vocês não conhecem —, no primeiro ponto, solicita que as pessoas de baixa renda tenham passaporte para seis anos. O edital foi colocado dia 14 de novembro, isso mesmo, sexta-feira, no Diário Oficial do dia 11. Hoje é dia 17, que começa a inscrição em três dias. Uma pessoa de baixa renda tem capacidade de ter um passaporte para seis anos? Será que isso já tem carta marcada? Será que esta pessoa que vai ser inscrita, precisa inclusive da declaração de um movimento social dizendo "não, ele sim faz atividades sociais aqui na ONG"? Já tivemos, num passado recente, fraudes em relação a associações e quilombolas, por ideologia e por viés político.

Inclusive carta de intenção. Pasmem, não vai ter prova objetiva. Você não vai fazer uma prova para qualificar. Você vai ser avaliado por uma comissão da universidade, de acordo com sua carta de intenção. Na carta de intenção você vai dizer seu nome, qual é a comunidade que você defende, qual a ONG que você faz parte, vereador Aleluia. Você vai dizer por que você está indo para Cuba. Vai falar bem, claro, tem que falar bem do sistema brasileiro e do sistema de Cuba, para poder ter uma

pontuação, que vai ser dada por uma comissão dentro da Uneb. Esta que vai ser a classificação.

Então se você tiver a carteirinha do PT, a carteirinha do MST, se você tiver a carteirinha de ONGs que participam do governo e se você tiver a sorte de ter tido um passaporte com bastante antecedência, você vai ser classificado para ir para Cuba, recebendo R$ 5 mil por mês e voltar para atender no interior.

Sabendo que a maioria dos médicos cubanos que vieram para a Bahia não estão mais no interior. Sabe por quê? Porque a Medicina é única, os médicos não estão no interior não é porque fez faculdade em Cuba não, meu amigo. Não estão no interior porque não tem estrutura de saúde no interior. Qualquer médico que vá para o interior, em formação, passados os dois anos, eles saem do local de onde estão trabalhando porque não tem estrutura. A culpa da saúde não é do médico. A culpa da saúde é do governo inepto, o governo desclassificado, o governo ruim que temos aqui na Bahia.

O Ministério Público precisa ser notificado, precisa saber do que está acontecendo, porque não podemos ter o tipo de avaliação que está sendo de acordo com ideologia, de acordo com militância aqui na Bahia.

Sim à meritocracia, não à ideologia.

Obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Obrigado, vereador Cezar Leite.

Comunicação Inadiável, vereador Alexandre Aleluia, que já tinha se dirigido. Vereador João Cláudio, daqui a pouco, concedo a V.Exa. o Pela Ordem.

O microfone do vereador Alexandre Aleluia, por gentileza.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (PL)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Presidente, eu gostaria, apenas, de parabenizar o nosso vereador Maurício Trindade pelo projeto apresentado. Eu vi, hoje, uma matéria em que ele usa o termo muito acertado, de que a Barra sofreu uma overdose de eventos. Para revitalizarmos, realmente, o bairro da Barra é necessária uma decisão como essa.

Exatamente, precisamos de uma overdose de gestão, de ordem, de tranquilidade para as pessoas morarem lá, terem tranquilidade, inclusive, para empreender.

Então, é certo, conte com o meu voto nesse dia, meu apoio, discurso ou qualquer coisa parecida.

Parabéns, viu, vereador?

SR. PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Pela Ordem, vereador João Cláudio, que tinha pedido e, logo na sequência, vereador Claudio Tinoco.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR JOÃO CLÁUDIO BACELAR (PODEMOS)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Verificação de quórum, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

O 1º secretário, vereador Alex Alemão, para verificação de quórum.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Questão de Ordem, presidente. Antes da sua decretação de encerramento da sessão, apenas para contribuir com esse discurso, essa discussão sobre os eventos na Barra. Eu, também, estou ao lado do vice-presidente, Maurício Trindade.

Apenas um esclarecimento, porque vi agora no grupo de vereadores, essas publicações. O evento que ocorreu, no último sábado, segundo informações, pelo menos com sete trios elétricos contados — talvez tenham mais —, foi promovido ou patrocinado ou apoiado pelo governo do estado da Bahia, com a cessão dos trios.

Isso precisa ficar claro, porque não adianta a Câmara tomar a iniciativa de poder diminuir esses eventos, se o próprio poder público estadual não contribuir para um sábado, com uma feira de artesanato no Farol, no largo do Farol, colocar esses trios sem comunicar, sem planejamento.

Então, isso é muito grave. Obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Obrigado, vereador Claudio Tinoco. Em resposta à Questão de Ordem do vereador João Cláudio Bacelar, temos nove vereadores.

Não havendo quórum para a manutenção da sessão, declaro encerrada esta sessão, convocando outra para dia e horários regimentais.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br